



PGF **AGU**  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

Igor Lins da Rocha Lourenço  
Subprocurador-Geral Federal

Os avanços da PGF na redução da litigiosidade

# SUMÁRIO

1. Diretrizes
2. Atuação judicial
3. Atuação extrajudicial
4. Atuação em cobrança
5. Reflexões finais

Seminário sobre Riscos Fiscais Judiciais

1

# AS DIRETRIZES DE ATUAÇÃO

---

A Advocacia Pública  
sustentável: entre a defesa  
do patrimônio público e a  
realização de direitos.



# 1. AS DIRETRIZES DE ATUAÇÃO



SISTEMA  
JUSTIÇA/ADVOCACIA

- ✓ Não ser autorreferencial (girar no próprio eixo).
- ✓ Viabilizar a efetiva entrega de políticas públicas à sociedade.
- ✓ Realizar a defesa de teses jurídicas somente quando necessário (perfis de litigiosidade).
- ✓ Superar a lógica da defesa intransigente do patrimônio público em favor da realização concreta de direitos.

# A ATUAÇÃO JUDICIAL

---

A Advocacia Pública em  
juízo: as ações estruturais e  
as demandas de massa.

## 2. A ATUAÇÃO JUDICIAL

### Especialização da atuação

- A defesa intransigente da tese jurídica (ações estruturais).

### Fomento à conciliação

- A entrega célere da política pública (demandas de massa).

### Combate à advocacia predatória

- A busca por segurança jurídica e efetividade.

JUSTIÇA

### Ministro da AGU propõe pacto contra litigância predatória

Jorge Messias defendeu soluções alternativas de soluções de conflitos como a conciliação

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [📧](#) [🔗](#)

Publicado em 28/03/2025 17h19



## 2. DESJUDICIALIZAÇÃO



Salário-maternidade para  
segurada especial.

Lançamento da plataforma  
em 10/9/2025.

### Plataforma vai agilizar análise de salário-maternidade rural

Ferramenta digital da Advocacia-Geral da União (AGU) permite resolver conflitos sem processo judicial

Publicado em 10/09/2025 17h53 | Atualizado em 10/09/2025 17h55

Compartilhe: [f](#) [x](#) [in](#) [v](#) [e](#)



- Foto: Renato Menezes/AscomAGU

**A** Advocacia-Geral da União (AGU) lançou, nesta quarta-feira (10/9), a **Plataforma de Autocomposição Imediata e Final de Conflitos Administrativos – Pacífica**, que tem como objetivo a realização de acordos extrajudiciais para conflitos individuais de grande volume e baixa complexidade.



3

# A ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

---

A Advocacia Pública nos  
procedimentos arbitrais e de  
controle.





# 3. A ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

## Arbitragem

- **Nova regulamentação da EARB:**
  - Portaria Normativa n. 76, de 3/4/2025.
- **Vitórias em processos arbitrais relevantes em 2025:**
  - Demandas sobre concessões rodoviárias.
  - BR-060, BR-153 e BR-262.
  - Representação da ANTT.
  - **R\$ 4 bilhões economizados.**
- **Casos em andamento:**
  - 17 processos arbitrais em acompanhamento.
  - R\$ 140 bilhões em disputa.

**Segurança em um cenário de dinamismo jurídico**

### SEGURANÇA JURÍDICA

#### AGU reafirma compromisso com desjudicialização em simpósio nos EUA

Ministro participou de painel sobre Resolução Alternativa de Disputas em evento que debateu temas jurídicos e ambiente de negócios no Brasil

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [wh](#) [lk](#)

Publicado em 13/05/2025 19h56



# 3. A ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

## Outras searas extrajudiciais

- **Soluções negociadas na Secex-Consenso/TCU:**
  - Repactuação de Galeão (aviação).
  - Migração de regime - Telefônica e Algar (telecomunicações).
  - Complexo da Fiocruz/RJ (saúde).
- **Defesas no TCU em favor de IFES:**
  - Hospital Universitário (UF Delta do Parnaíba/PI).
  - Unidades de Atendimento Nutricional (IFCE).
  - Fornecimento de Alimentação (UFRPE).
- **Acordos extrajudiciais diversos:**
  - Desapropriação de imóveis rurais em território quilombola.
  - Regularização de terras indígenas.
  - Regularização de obrigações regulatórias (gás e petróleo).

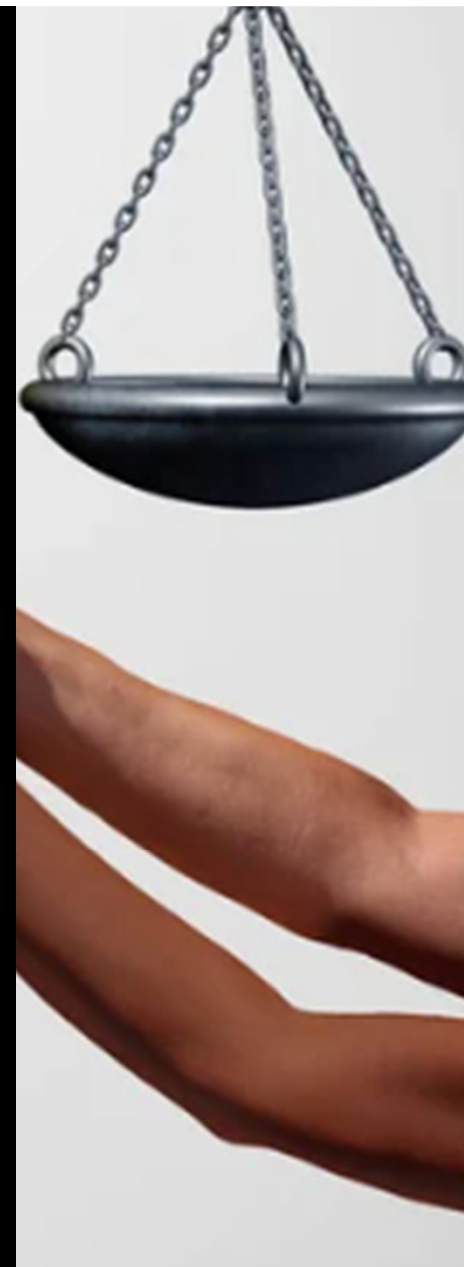


4

## ATUAÇÃO EM COBRANÇA

---

A transação como método  
de resolução de litígios e  
recuperação de créditos.



# 4. ATUAÇÃO NEGOCIAL EM COBRANÇA

## Transação ordinária

- Instituída pela Lei n. 13.988/2020.
- Voltada para créditos considerados de difícil recuperação.
- PGF já assegurou o retorno de R\$ 12,3 bi aos cofres públicos mediante transação ordinária.

Ex.: Caso Ol.

Prevê concessão de descontos de até 70% para créditos inscritos em dívida ativa e considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação.

## Transação extraordinária

- Instituída pela Lei n. 14.973/2024.
- Adesões admitidas até 31 de dezembro de 2024.
- Programa “Desenrola”.
- Portaria Normativa AGU n. 150/2024.
- Portaria Normativa PGF/AGU n. 67/2024.
- Registro de R\$ 4.8 bi em valores transacionados.

Ex.: Caso Votorantim.

Prevê concessão de descontos de 5% a 70%, a depender do perfil do devedor, prazo de pagamento, tempo do débito e abrangência da dívida. Pagamentos podem ser à vista ou parcelados em até 145 meses, a depender do perfil do devedor.



# 4. ATUAÇÃO NEGOCIAL EM COBRANÇA

## Por adesão

(contencioso de pequeno valor)

- Instituída pela Lei n. 14.375/2022.
- Voltada para dívidas de até 60 mil R\$ (pessoas naturais, microempresas e empresas de pequeno porte).
- Portaria Normativa PGF/AGU n. 87/2025.

Prevê concessão de descontos de até 50%, parcelamento em até 60 meses e negociação de garantias.

Sedimenta uma cultura de recuperação de ativos públicos com sustentabilidade e impacto social, para atender a sociedade brasileira em todos os segmentos socioeconômicos.

## Por relevante e disseminada

Controvérsia jurídica

- Instituída pela Lei n. 14.973/2024 (autarquias e fundações).
- Voltada a terminar litígios envolvendo teses jurídicas em disputa.
- Necessita de regulamentação no âmbito da AGU.

O devedor deve guardar um posicionamento uniforme, a partir da adesão, em relação a todos os casos em que a tese renunciada tenha sido discutida.

# 4. ATUAÇÃO NEGOCIAL EM COBRANÇA

## Por interesse regulatório

- Instituída pela Lei n. 14.973/2024, que acrescentou os arts. 22-C, 22-D e 22-E à Lei n. 13.988/2020.
- Possibilita que a via negocial importe na preservação de políticas públicas e serviços essenciais.
- Busca, por meio da consensualidade, solucionar litígios de alta complexidade com benefícios expressivos à sociedade.
- Necessita de regulamentação.

### Principais desafios dessa modalidade:

- mapear as possíveis situações de relevante interesse regulatório, a fim de aproximar a norma dos casos concretos que venham a surgir;
- criar condições normativas para que a Advocacia-Geral da União tenha segurança para reconhecer o relevante interesse regulatório segundo os parâmetros legais; e
- equilibrar os incentivos e desincentivos envolvidos de modo a permitir que a transação cumpra o seu propósito, que é salvaguardar relevantes políticas públicas ou serviços públicos, e não o devedor em si ou o agente regulado que atua regularmente de maneira insatisfatória.

# 4. ATUAÇÃO NEGOCIAL EM COBRANÇA

## Seletividade

Portaria Normativa PGF-AGU n. 51/2023, estruturou uma política progressiva de cobrança seletiva.

- Estabelece critérios objetivos de valor para dispensa de inscrição.
- Prioriza o protesto extrajudicial e negociações diretas, em detrimento da judicialização.
- Institui projetos-piloto com uso de *rating* de devedores, para classificar a probabilidade de recuperação.

## Resultados

- Mais de 52 mil execuções fiscais já foram suspensas por ineficiência.
- O quantitativo de protestos duplicou.
- O quantitativo de novas execuções fiscais reduziu à metade.
- A arrecadação cresceu 35,65% em 2024 (comparada com o ano de 2023).



# REFLEXÕES FINAIS



A advocacia pública moderna:

- Entende a cultura positivista, mas se adapta ao dinamismo jurídico.
- Defende o patrimônio público com teses jurídicas consistentes.
- Realiza a política pública de modo efetivo, ainda que a partir de um recorte jurídico.

**Assim é a PGF... Assim é a AGU!**



**MUITO OBRIGADO!**  
[igor.lourenco@agu.gov.br](mailto:igor.lourenco@agu.gov.br)



Organização

